

SIMONE VANNI SOARES

**Agronegócio e agricultura familiar: um estudo sob a perspectiva da política
fundiária paranaense**

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito para a obtenção do título de especialista no Curso de Pós-Graduação em Gestão de Negócios

Prof. Orientador: Dr. Vicente Pacheco

CURITIBA

2009

DEDICATÓRIA

Este trabalho é resultado do apoio que recebi de meus Amigos. O meu sonho, a minha luta e as minhas realizações são também de vocês.

Agradeço a Deus por existirem na minha vida e por trilharem, todo este longo caminho ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que tornou possível a realização desde sonho e preparou o caminho para que tudo se concretizasse da melhor forma possível.

A minha família que muitas vezes abdicaram de minha companhia para que este sonho se concretizasse.

Agradeço ao meu orientador que me ensinou mais que conhecimento, que me passou um pouco de lição de vida, como ser uma pessoa digna num lugar com tantas diferenças.

E aos amigos que tornaram este sonho possível.

**“A população de um país não depende do
numero de homens que pode vestir e
conter, mais dos que pode nutrir.”**

Adam Smith

RESUMO

Resumo: Soares, Simone Vanni. *Agronegócio e agricultura familiar: um estudo sob a perspectiva da política fundiária paranaense.*

O presente trabalho de pesquisa trata o Agronegócio como Desenvolvimento Sustentável a propriedade Rural, a disputa pela posse da terra a situação fundiária e agrícola do Estado do Paraná e os incentivos do Governo na agricultura Familiar. De 1500 a 1822, todas as terras brasileiras pertenciam à coroa portuguesa, que as doava ou cedia seu direito de uso às pessoas de sua confiança ou conveniência, visando a ocupação do território e à exploração agrícola. Entre 1822, ano da independência política, e 1850, vigorou no Brasil o sistema de posse livre em terras devolutas. Ao longo desse período, a terra não tinha valor de troca, possuía apenas valor de uso a quem quisesse cultivar e vender sua produção. Com a Publicação da Lei n.º 601 (Lei de Terras do Império), o perfil socioeconômico da Província, e depois do Estado da Federação, desenha-se, sobretudo, a partir da política de titulação de terras pública sem favor de particulares em virtude da importância dessa atividade estatal, no período republicano, ocorreram sucessivas alterações na legislação estadual de terras e múltiplos arranjos institucionais dos órgãos públicos responsáveis pela tarefa de gerir as terras devolutas e patrimoniais do Estado. Alterações que revelam, nas suas entrelinhas, não só a tensão entre as esferas pública e privada na disputa pela terra, mas também as nuances do federalismo nacional. Em 1978, a Lei n.º 7.055, finalmente, estabelece critérios administrativos e técnicos para a titulação de terras estaduais que se inspiram no Estatuto da Terra e antecipam os princípios e parâmetros da Constituição Federal de 1988, sobre a posse e a propriedade, ao contemplarem a função social das terras devolutas, o valor social da posse-trabalho e a conexão entre a exploração econômica da terra e o equilíbrio ambiental, nas atividades agrárias. A situação fundiária e agrícola do Estado do Paraná é muito semelhante à do País. No Paraná, a necessidade de mudança no modelo de produção agrícola é reforçada pelo fato de que o Estado possui 327.611 estabelecimentos voltados à agricultura familiar, o que significa 90% dos estabelecimentos agropecuários ocupando 41% da área rural, sendo responsáveis por 48% da produção agrícola e pecuária. Sendo assim, se uma propriedade rural vocacionada à produção agropecuária não é bem explorada, ela deixa de cumprir sua função social e prejudica o bem-estar de muitos. E se uma única propriedade não é explorada adequadamente atinge um número considerável de pessoas, o que não dizer do prejuízo que trará para as cidades se muitas delas deixarem de produzir aquilo que estão qualificadas a fazer, sinalizam neste tempo uma redução das áreas de plantio, conjugada com uma exploração da terra com emprego de pouca tecnologia, e se isto se confirmar, a redução na oferta de alimentos será inevitável e com reflexos econômico-sociais de grande monta. A propriedade rural deve cumprir em plenitude sua função social.

Palavras-Chaves: Agronegócio; agricultura familiar; política fundiária paranaense;

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BADEP: Banco de Desenvolvimento

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRDE: Banco Regional do Extremo Sul

CELEPAR: Companhia de Informática do Paraná

CODAPAR: Companhia de Desenvolvimento do Paraná

EMATER: Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

FETAEP: Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado do Paraná

FAEP: Federação da Agricultura do Estado do Paraná

FETRAF-SUL: Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul

FUNDEPAR: Fundação Educacional do Paraná

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEAB: Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná

SICREDI: Sistema de Crédito Cooperativo

Sumário

1. Introdução

- 1.1 Contexto
- 1.2 Questão de pesquisa
- 1.3 Objetivos
 - 1.3.1 Objetivo geral
 - 1.3.2 Objetivos específico
- 1.4 Estruturação do trabalho

2. Aspectos históricos da política fundiária

- 2.1 Política fundiária nos períodos colonial e imperial
 - 2.1.1 Período colonial
 - 2.1.2 Período imperial
 - 2.1.2.1 *Criação do Ministério da Agricultura*
 - 2.1.2.2 *A Crise do Sistema Monárquico*
- 2.2 Política fundiária no período republicano
 - 2.2.1 Era Vargas
 - 2.2.2 Período pós-Vargas

3. Aspectos metodológicos

4. Relações entre agronegócio, agricultura familiar e política fundiária paranaense

- 4.1 Política fundiária paranaense
- 4.2 Políticas de crédito rural para o agronegócio e agricultura familiar
 - 4.2.1 Crédito Fundiário
 - 4.2.2 PRONAF
 - 4.2.3 Trator Solidário
 - 4.2.4 Fundo da Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Estado do Paraná
 - 4.2.5 Fábrica do Agricultor

4.3 Crédito rural no Paraná

4.4 Perspectivas do agronegócio e da agricultura familiar paranaense

5. Considerações finais

Referências

1. Introdução

1.1 Contexto

Amaral (1958: p VII), sublimando o valor das atividades agrícolas, argumenta que vale relembrar Adam Smith: “A população de um país não depende do numero de homens que pode vestir e conter, mais dos que pode nutrir.” Refletindo sobre o papel e a importância da agricultura, o autor argumenta que:

[...] a agricultura tinha que ser mesmo importantissima para o nosso país. O Brasil nasce para a Civilização no século XVI. No século do descobrimento, a Europa já sentia falta de produtos agrícolas e de matérias-primas.

Discutir a agricultura passa pela discussão da história da estrutura fundiária em nosso país. Por mais de três séculos, de 1500 a 1822, todas as terras em território brasileiro pertenciam à coroa portuguesa, que as doava ou cedia seu direito de uso às pessoas de sua confiança ou conveniência, visando a ocupação do território e à exploração agrícola.

Entre 1822, ano da independência política, e 1850 vigorou no Brasil o sistema de posse livre em terras devolutas. Ao longo desse período a terra não tinha valor de troca, possuía apenas valor de uso a quem quisesse cultivar e vender sua produção.

Em 1850, com o aumento da área cultivada com o café e a Lei Eusébio de Queirós, esse quadro sofreu profundas mudanças. A mão-de-obra escrava foi, até então, um dos principais elementos viabilizadores da agricultura em geral. Com a proibição do tráfico negreiro, decorrente da Lei Eusébio de Queirós e da forte vigilância e pressão inglesa, restava aos agricultores, grandes fazendeiros, fazer uso da mão-de-obra dos imigrantes. O fluxo de imigração era intenso, incentivado e atraídos por promessas do governo brasileiro, era constituída por imigrantes livres europeus.

O desenvolvimento e formação da estrutura fundiária no estado do Paraná iniciou-se com a promulgação da primeira Lei de Terras do Estado do Paraná e a Lei nº 68 de 20 de dezembro de 1892, em decorrência da passagem de terras devolutas ao domínio do estado, por força da Constituição de 1891.

A efetiva ocupação das terras paranaenses teve início na segunda metade do século XIX. Nesse período foi fortemente estimulado um tipo de colonização

orientada para a criação de uma agricultura que suprisse as necessidades de abastecimento do estado. A vinda de colonos atendia assim ao problema, agravado pela evasão da mão-de-obra escrava, da escassez e carestia dos produtos agrícolas.

O cenário de ocupação das terras passa por mudanças nas últimas décadas do século XIX, com a construção de estradas de ferro e linhas telegráficas. Tais tipos de empreendimentos geraram empregos para os colonos trazidos para o Brasil pelas sociedades de imigração. Em 1920 o Paraná ocupava o 13º lugar em população no Brasil, com cerca de 700 mil habitantes. Em 1960 a população do estado era o quinto mais populoso do país, com mais de 4,2 milhões de hectares ocupado.

Além da ocupação por imigrantes de diversas etnias, outro movimento passa a ocorrer a partir do final do século XIX. Uma corrente migratória formada por lavradores paulistas e mineiros iniciaram a formação de fazendas de café no norte do estado, rico em terras roxas.

Na região dos rios Iguaçu e Paraná as matas eram, há muito, exploradas por empresas que comercializavam madeira e mate. Desde a década de 1920 ocorria ali a ocupação espontânea por colonos gaúchos e catarinenses, em geral descendentes de alemães e italianos. É interessante notar que internamente, os fluxos migratórios davam início a agrupamentos com determinadas especialidades, ou seja, paulistas e mineiros no norte do estado – conhecido por muitos como norte pioneiro ou norte velho – dedicados a agricultura, especialmente o café e os gaúchos e catarinenses explorando o corte de madeira nativa e plantação de mate.

Tal como ocorre hoje, o Brasil não era imune as crises ocorridas além-mar. No início da década de 30, em consequência da crise econômica mundial, a economia brasileira, basicamente agroexportadora, também entrou em crise. A região Sudeste, onde se desenvolvia a cafeicultura foi a que enfrentou o maior colapso.

Internamente, um dos efeitos da crise, além da erosão das nossas reservas, foi a quebra dos grandes agricultores, em especial os cafeicultores. No entanto, a crise provocou outros desdobramentos em nosso modo de produção. Um deles foi o maior incentivo à policultura que provocou uma significativa fragmentação das grandes propriedades, cujos donos venderam suas terras para se dedicar à

atividade econômica urbana, sobretudo a indústria e o comércio. Foi um dos raros momentos da história do Brasil em que houve um aumento de pequenos e médios proprietários rurais.

Em 1964, o presidente João Goulart tentou desviar o papel do Estado brasileiro do setor social. Pretendia também promover uma reforma agrária, que tinha como princípio distribuir terras à população rural de baixa renda. Em oposição à política de Goulart, houve a intervenção militar e a implantação da ditadura. A concentração de terras ao longo da ditadura militar assumiu proporções assustadoras.

Após a revolução de 1930, anuladas numerosas concessões de terras, passou-se, por iniciativa do governo estadual e de particulares, à ocupação organizada, dirigida para a agricultura variada e a criação de animais de pequeno porte. A realidade imposta pelos anos 90 para a agricultura familiar aponta a necessidade de diversificação, da agregação de valor aos seus produtos da ocupação de espaços consistentes de mercado com produtos diferenciados.

Para a agricultura familiar, a atuação governamental concentra-se em duas frentes: através de programas objetivando a redução da pobreza rural e melhoria da qualidade de vida do seguimento caracterizado como agricultores periféricos, e outra para os outros dois seguimentos da agricultura familiar, (agricultores de transição e agricultores consolidados).

A chamada agricultura familiar é constituída por pequenos e médios produtores. No Paraná, quase 80% dos trabalhadores do campo são agricultores familiares. A agricultura familiar responde em torno de 60% da produção de alguns produtos básicos da dieta do brasileiro, tais como o feijão, arroz, milho, hortaliças, mandioca e pequenos animais. O perfil da agricultura familiar, entre outras, é que os agricultores possuem baixo nível de escolaridade e diversificam os produtos cultivados para diluir custos, aumentar a renda e aproveitar as oportunidades de oferta ambiental e disponibilidade de mão-de-obra. Estes produtores e seus familiares são responsáveis por inúmeros empregos no comércio e nos serviços prestados nas pequenas cidades.

A propriedade Rural deve cumprir sua função social, é o que diz a Constituição Federal. Isto quer dizer que além de beneficiar os que nela trabalham a propriedade deve também beneficiar o outro, aquele que com ela não tem

vinculação direta, a saber, a sociedade como um todo, sua função social pode ser vista sob vários aspectos, e o mais notável é aquele em que ela atende a sociedade com a oferta oportuna de alimentos em quantidade e qualidade necessárias ao seu consumo diário.

Sendo assim, se a vocação de uma família de agricultores, dona uma propriedade rural para produção agropecuária não é bem explorada, deixa de cumprir sua função social e prejudica o bem-estar de muitos. Quando uma única propriedade não explorada adequadamente atinge um número considerável de pessoas, o que não dizer do prejuízo que trará para as cidades se muitas delas deixarem de produzir aquilo que estão qualificadas a fazer.

Nestes tempos de crise, com a conseqüente redução das áreas de plantio, conjugada com a exploração da terra empregando pouca tecnologia, sinalizam para uma redução na oferta de alimentos será inevitável e com reflexos econômico-sociais de grande monta. Adicione-se a isto o fato de que muitos produtores estão sofrendo medidas judiciais de execução e de busca e apreensão de maquinários, agravando-lhes a situação de plantio e trazendo embaraços para dar cumprimento ao seu dever constitucional de fazer a propriedade cumprir em plenitude sua função social.

O cronograma de pagamento dos financiamentos deve ser ajustado à especificidade das operações rurais, conforme a Lei 8171/91 artigo 50. Quando isso não é respeitado, o produtor acaba tendo que vender sua produção mais cedo para cumprir os prazos, sem poder aproveitar os melhores momentos do mercado. O Manual de Crédito Rural prevê que, independente da consulta ao Banco central, é devida a prorrogação da dívida, se houver incapacidade de pagamento por motivos alheios à vontade do tomador, como por exemplo, frustração de safra.

1.2 Questão de pesquisa

A posse e propriedade da terra, até a independência do Brasil foi pelo sistema de sesmarias. Após 1822 a ocupação de novas terras e o seu registro junto às paróquias permitia a sua apropriação, mas este sistema foi proibido com a lei de terras de 1850, mesmo ano em que houve a proibição do tráfico negreiro. Por esta lei, toda terra não ocupada até o momento foi declarada pública e o acesso a terra

passou a ser condicionado à compra. Isso impediu que os escravos libertos em 1888 e os imigrantes que chegavam para substituí-los tivessem acesso a terra. A apropriação fraudulenta das terras após 1850, com falsificação de títulos, deu origem às terras devolutas, um dos agravantes da situação fundiária atual.

O desenvolvimento rural só será alcançado mediante a fixação do homem a terra, orientando-o no sentido de explorá-la racionalmente para dela obter satisfatório índice de produtividade, sem prejuízo da preservação dos recursos naturais. A proposição de uma nova política de terras para o Estado do Paraná está assentada basicamente nos princípios da função social da propriedade familiar.

Com base neste quadro de referência, a questão orientadora desta pesquisa é: **quais as relações do desenvolvimento histórico da política fundiária do Paraná com o agronegócio e agricultura familiar?**

1.3 Objetivos

O presente trabalho de pesquisa trata o Agronegócio como Desenvolvimento Sustentável a propriedade Rural, a disputa pela posse da terra e os incentivos do Governo na agricultura Familiar.

1.3.1 Objetivo geral

Analisar as relações do desenvolvimento histórico da política fundiária do Paraná com o agronegócio e a agricultura familiar.

1.3.2 Objetivos específicos

São objetivos específicos:

- Analisar o desenvolvimento histórico da política fundiária do Paraná,
- Caracterizar o agronegócio paranaense,
- Caracterizar a estrutura da agricultura familiar paranaense

1.4 Estruturação do trabalho

Este trabalho, além deste capítulo **introdutório**, é composto de mais quatro partes. No capítulo **2. Aspectos históricos da política fundiária** elaboramos um recorte histórico da política fundiária do Brasil, do período colonial até a era pós-Varga. No Capítulo **3. Aspectos metodológicos** discorreremos sobre a tipologia, a

coleta e tratamento dos dados. Na seqüência, Capítulo **4. Relações entre agronegócio, agricultura familiar e política fundiária paranaense**, nossa análise sobre política fundiária governamental e do crédito – em específico a paranaense – sobre o agronegócio e agricultura familiar. Por fim, no Capítulo **5. Considerações finais** a reflexão sobre os achados de nossa pesquisa. Nas **Referências**, listamos os livros, artigos, documentos, leis etc pesquisadas para levar a termo esta pesquisa.

2. Aspectos históricos da política fundiária

2.1 Políticas fundiárias nos períodos colonial e imperial

2.1.1 Período colonial

Após o descobrimento do Brasil (1500), a coroa portuguesa começou a temer invasões estrangeiras no território brasileiro. Esse temor era real, pois corsários e piratas ingleses, franceses e holandeses viviam saqueando as riquezas da terra recém descoberta. Era necessário colonizar o Brasil e administrar de forma eficiente ocupar jazidas de ouro e prata.

Nos primeiros séculos da colonização, as disputas pela posse da terra ocorreram apenas entre os colonos e os indígenas, que foram sendo empurrados cada vez mais para o interior. Para os colonos pobres o acesso à terra só seria possível através da posse, ou seja, pela ocupação.

De 1500 a 1822, todas as terras brasileiras pertenciam à coroa portuguesa, que as doava ou cedia seu direito de uso às pessoas de sua confiança ou conveniência, visando a ocupação do território e à exploração agrícola. A coroa portuguesa controlou a posse da terra por meio da criação das capitânias hereditárias e das sesmarias, que atendiam as suas necessidades de obtenção de lucro a partir da exportação de produtos agrícolas cultivados no sistema de grandes propriedades monoculturas, escravistas e cuja produção era voltada à exportação.

Entre os anos de 1534 e 1536, o rei de Portugal D. João III resolveu dividir a terra brasileira em faixas, que partiam do litoral até a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas. Estas enormes faixas de terras, conhecidas como Capitânias Hereditárias, foram doadas para nobres e pessoas de confiança do rei. Estes que recebiam as terras, chamados de donatários, tinham a função de administrar, colonizar, proteger e desenvolver a região. Cabia também aos donatários combater os índios de tribos que tentavam resistir à ocupação do território. Em troca destes serviços, além das terras, os donatários recebiam algumas regalias, como a permissão de explorar as riquezas minerais e vegetais da região.

As dificuldades de administração das capitânias eram inúmeras. A distância de Portugal, os ataques indígenas, a falta de recursos e a extensão territorial dificultaram muito a implantação do sistema. Com exceção das capitânias de Pernambuco e São Vicente, todas acabaram fracassando. Desta forma, em 1549, o

rei de Portugal criou um novo sistema administrativo para o Brasil: o Governo-Geral. Este seria mais centralizador, cabendo ao governador geral as funções antes atribuídas aos donatários.

Em 1822, foi suspensa a concessão de sesmarias e o direito dos posseiros foi reconhecido, caso as terras estivessem efetivamente cultivadas. Por um curto período, entre 1822 e 1850, a posse foi a única via de acesso à apropriação legítima das terras públicas. Era uma via que estava aberta tanto para os pequenos quanto para os grandes proprietários.

Essa situação foi drasticamente modificada com a Lei ° 601 de 18 de setembro de 1850, que dispunha sobre as terras devolutas no Império e das que a posse era vinculada a títulos de sesmaria não atendiam as condições legais. Para os casos caracterizados como por simples título de posse mansa e pacífica a lei determinava que, após medidas e demarcadas as tais terras fossem cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para estabelecimentos de colônias de nacionais e de estrangeiros autorizados o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara.

Os enunciados dos artigos da Lei 601 de 18 de setembro de 1850, foram:

Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Excetua-se as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros em uma zona de 10 léguas, as quais poderão ser concedidas gratuitamente.

Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nelas derrubarem matos ou lhes puserem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de benfeitorias e, de mais, sofrerão a pena de dois a seis meses de prisão e multa de 100\$000, além da satisfação do dano causado. Esta pena, porém, não terá lugar nos atos possessórios entre heréus confinantes.

Parágrafo único. Os Juizes de Direito, nas correções que fizerem na forma das leis e regulamentos, investigarão se as autoridades a quem compete o conhecimento destes delitos põem todo o cuidado, em processá-los e puni-los e farão efetiva a sua responsabilidade, impondo no caso de simples negligência a multa de 50\$000 a 200\$000.

Art. 3º São terras devolutas:

§ 1º As que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional, provincial ou municipal.

§ 2º As que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em comisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

§ 3º As que não se acharem dadas por sesmarias ou outras concessões do Governo que, apesar de incursas em comissão, forem revalidadas por esta Lei.

§ 4º As que não se acharem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal forem legitimadas por esta Lei.

Art. 4º Serão revalidadas as sesmarias, ou outras concessões do Governo Geral ou Provincial, que se acharem cultivadas, ou com princípios de cultura e morada habitual do respectivo sesmeiro ou concessionário, ou de quem os represente, embora não tenha sido cumprida qualquer das outras condições, com que foram concedidas.

Art. 5º Serão legitimadas as posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária, ou havidas do primeiro ocupante, que se acharem cultivadas, ou com princípio de cultura e morada habitual do respectivo posseiro, ou de quem o represente, guardadas as regras seguintes:

§ 1º Cada posse em terras de cultura, ou em campos de criação, compreenderá, além de terreno aproveitado ou do necessário para pastagem dos animais que tiver o posseiro, outro tanto mais de terreno devoluto que houver contíguo, contando que em nenhum caso a extensão total da posse exceda a de sesmarias para cultura ou criação, igual às últimas concedidas na mesma comarca ou na mais vizinha.

§ 2º As posses em circunstâncias de serem legitimadas, que se acharem em sesmarias ou outras concessões do Governo, não incursas em comisso ou revalidadas por esta lei, só darão direito à indenização pelas benfeitorias.

Excetua-se desta regra, o caso de verificar-se a favor da posse qualquer das seguintes hipóteses: 1ª o ter sido declarada boa por sentença passada em julgado entre os sesmeiros ou concessionários e os posseiros; 2ª ter sido estabelecida antes da medição da sesmaria ou concessão, e não perturbada por cinco anos; 3ª ter sido estabelecida depois da dita medição, e não perturbada por dez anos.

§ 3 Dada a exceção do parágrafo antecedente, os posseiros gozarão do valor que lhe assegura o § 1º competindo ao respectivo sesmeiro ou concessionário ficar com

o terreno que sobrar da divisão feita entre os ditos posseiros, ou considerar-se também posseiro para entrar em rateio igual com eles.

§ 4 Os campos de uso comum dos moradores de uma ou mais freguesias, municípios ou comarcas serão conservados em toda a extensão de suas divisas e continuarão a prestar o mesmo uso conforme a prática atual enquanto por lei não se dispuser o contrário.

Art. 6º Não se haverá por princípio de cultura para a revalidação das sesmarias ou outras concessões do Governo, nem para a legitimação de qualquer posse os simples roçados, derribadas ou queimas de matos ou campos, levantamentos de ranchos e outros atos de semelhante natureza, não sendo acompanhados da cultura efetiva e morada habitual exigidas no artigo antecedente.

Art. 7º O Governo marcará os prazos dentro dos quais deverão ser medidas as terras adquiridas por posses ou por sesmarias, ou outras concessões, que, estejam por medir, assim como designará e instruirá as pessoas que devam fazer a medição, atendendo às circunstâncias de cada Província, Comarca e Município, e podendo prorroga os prazos marcados, quando o julgar conveniente, por medida geral que compreenda todos os possuidores da mesma Província, Comarca e onde a prorrogação convier.

Art. 8º Os possuidores que deixarem de proceder à medição nos prazos marcados pelo Governo serão reputados caídos em comisso, e perderão por isso o direito que tenham a ser preenchidos das terras concedidas por seus títulos, ou por favor da presente, lei, conservando-a somente para serem mantidos na posse do terreno que ocuparem com efetiva cultura, havendo-se por devoluto o que se achar inculto.

Art. 9º Não obstante os prazos que forem marcados, o Governo mandará proceder à medição das terras devolutas, respeitando-se no ato da medição os limites, das concessões e posses que se acharem nas circunstancias Art. 4º e 5º.

Qualquer oposição que haja da parte dos possuidores não impelirá a medição; mas, ultimada esta, se concederá vista aos opoentes para deduzirem seus embargos em termo breve. As questões judiciárias entre os mesmos possuidores não impedirão tampouco as diligências tendentes à execução da presente lei.

Art. 10. O Governo proverá o modo prático de extremar o domínio público do particular, segundo as regras acima estabelecidas, incumbindo a sua execução às autoridades que julgar mais convenientes, ou a comissários especiais os quais procederão administrativamente, fazendo decidir, por árbitros as questões e dúvidas

de fato, o dando de suas próprias decisões recurso para o Presidente da Província, do qual o haverá também para o Governo.

Art. 11 Os posseiros serão obrigados a tirar títulos dos terrenos que lhes ficarem pertencendo por efeito desta Lei, e sem eles não poderão hipotecar os mesmos terrenos nem aliená-los por qualquer modo. Esses títulos serão passados pelas Repartições provinciais que o governo designar, pagando-se 5\$ de direito de Chancelaria pelo terreno que não exceder de um quadrado de 500 braças por lado, outro tanto por cada igual quadrado que demais contiver a posse; e além disso 4\$ de feitio, sem mais emolumentos ou selo.

Art. 12 O Governo reservará das terras devolutas as que julgar necessárias: 1º para a colonização dos indígenas; 2º para a fundação de povoações, abertura de estradas e quaisquer outras servidões, e assento de estabelecimentos públicos; 3º para a construção naval.

Art. 13. O mesmo Governo fará organizar por freguesias o registro das terras possuídas, sobre as declarações feitas pelos respectivos possuidores, impondo multas, apenas àqueles que deixarem, de fazer, nos prazos marcados as ditas declarações, ou as fizerem inexatas.

Art. 14 Fica o Governo autorizado a vender as terras devolutas em hasta pública, ou fora dela, como e quando julgar mais conveniente, fazendo previamente medir, dividir, demarcar e descrever a porção das mesmas terras que houver de ser exposta venda, guardadas as regras seguintes:

§ 1º A medição e divisão serão feitas, quando o permitirem as circunstâncias locais, por linhas que corram de Norte a Sul, conforme o verdadeiro meridiano, e por outras que as cortem em ângulos retos, de maneira que formem lotes ou quadrados de 500 braças por lado, demarcados convenientemente.

§ 2º Assim esses lotes, como as sobras de terras em que se não puder verificar a divisão acima indicada, serão vendidos separadamente sobre o preço mínimo, fixado antecipadamente e pago à vista, de meio real, um real, real e meio, e dois reais, por braça quadrada, segundo for a qualidade e situação dos mesmos lotes e sobras.

§ 3º A venda fora da hasta pública será feita pelo preço que se ajustar, nunca abaixo do mínimo fixado, segundo a qualidade e situação dos respectivos lotes e sobras, ante o Tribunal do Tesouro Público, com assistência do Chefe da Repartição Geral das Terras, na Província do Rio de Janeiro, e ante as Tesourarias, como assistências

de delegado do dito Chefe, e com aprovação do respectivo Presidente, nas outras Províncias do Império.

Art. 15. Os possuidores de terra de cultura e criação, qualquer que seja o título de sua aquisição, terão preferência na compra das terras devolutas que lhes forem contiguas, com tanto que mostrem pelo estado da sua lavoura ou criação, que tem os meios necessários para aproveitá-las.

Art. 16 As terras devolutas que se venderem ficarão sempre sujeitas aos ônus seguintes:

§ 1º Ceder terreno preciso para estradas públicas de uma povoação a outra, ou algum porto de embarque, salvo o direito de indenização das benfeitorias e do terreno ocupado.

§ 2º Dar servidão gratuita aos vizinhos quando lhes for indispensável para saírem a uma estrada pública, povoação ou porto de embarque, e com indenização quando lhes for proveitosa por encurtamento de um quarto ou mais de caminho.

§ 3º Consentir a tirada de águas desaproveitadas e a passagem delas, procedendo a indenização das benfeitorias e terreno ocupado.

§ 4º Sujeitar as disposições das leis respectivas quaisquer minas que se descobrirem nas mesmas terras.

Art. 17. Os estrangeiros que comprarem terras, e nelas se estabelecerem, ou vierem à sua custa exercer qualquer indústria no país, serão naturalizados, querendo, depois de dois anos de residência pela forma por que o foram os da colônia de São Leopoldo, e ficarão isentos do serviço militar, menos do da Guarda Nacional dentro do Município.

Art. 18. O Governo fica autorizado a mandar vir anualmente à custa do Tesouro certo número de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agrícolas ou nos trabalhos dirigidos pela Administração Pública, ou na formação de colônias nos lugares em que estas mais convierem, tomando antecipadamente as medidas necessárias para que tais colonos achem emprego logo que desembarcarem.

Aos colonos assim importados são aplicáveis as disposições do artigo antecedente.

Art. 19 O produto dos direitos de Chancelaria e da venda das terras, de que tratam os Art. 11 e 14, será exclusivamente aplicado: 1º à ulterior medição das terras devolutas e, 2º à importação de colonos livres, conforme o artigo precedente.

Art. 20 Enquanto o referido produto não for suficiente para as despesas a que é destinado o Governo exigirá anualmente os créditos necessários para as mesmas despesas, às quais aplicará desde já as sobras que existirem dos créditos anteriormente dados a favor da colonização, e mais a soma de 200:000\$000.

Art. 21. Fica o Governo autorizado a estabelecer, com o necessário Regulamento, uma Repartição especial que se denominará - Repartição Geral das Terras Públicas - e será encarregada de dirigir a medição, divisão e descrição das terras devolutas e sua conservação, de fiscalizar a venda e distribuição delas, e de promover a colonização nacional e estrangeira.

Art. 22. O Governo fica autorizado igualmente a impor, nos Regulamento que fizer para a execução da presente Lei, penas de prisão até três meses, e de multa até 200\$000.

Art. 23 Ficam derogadas todas as disposições em contrário.

Da leitura da referida lei, notamos que a grande preocupação dos governantes na época foi criar uma estrutura que permitisse aqueles que atendessem determinadas condições, legalizar a propriedade da terra. Dessa maneira, a simples posse e uso da terra, até então comum, passou a ser ilegal. Estabelecido este marco legal, daquela data em diante as aquisições de terras públicas só poderiam ocorrer por meio da compra, ou seja, só poderiam ser adquiridas por aqueles que tivessem condições de pagar por elas.

No quadro mundial da época, a agricultura por vários motivos tinha que ser mesmo importantíssima para o nosso país. O Brasil nasce para a civilização no século XVI, pois, já no século do descobrimento a Europa já sentia falta de produtos agrícolas e de matérias-primas. Diante desse cenário mundial, a Coroa Portuguesa instruiu Tomé de Sousa - primeiro governador-geral - a criar as condições ideais para que o Brasil fosse importante provedor de produtos agrícolas e outros. Como parte do processo de criar situações propícias para o desenvolvimento da agricultura e exploração de outros tipos de matéria prima, recebeu a missão da Coroa Portuguesa de combater os indígenas rebeldes, aumentar a produção agrícola no Brasil e defender a autoridade da Coroa em seus domínios territoriais.

2.1.2 Período imperial

Com a independência, o Brasil eleva-se a categoria de Império e divide-se em províncias. No dia 29 de agosto de 1853, Dom Pedro II assina o projeto de

criação da província do Paraná por força da Lei Imperial nº 704. Mas apenas quatro meses depois que o Estado realmente se emancipou politicamente. No dia 19 de dezembro Zacarias de Góis e Vasconcelos chega ao Paraná e é empossado como o primeiro presidente do Estado.

Assim que assumiu a presidência da Província do Paraná, Zacarias de Góis e Vasconcelos relata em seu relatório a importância da Agricultura para a Província do Paraná e os problemas que a província vem sofrendo com a cultura do trigo.

Analisando a situação da agricultura e do comércio dele decorrente, Nicolas (1984 p:29) argumentava:

O trigo particularmente, que a muitos anos aqui se cultivava em quantidade que excedia o consumo do povo e se exportava; e lastimável que esteja agora quase abandonado, e pareceu-me digno da solicitude da Assembléia e Governo Provincial fazer esforços para restituir a esse primeiro dos cereais a prosperidade de que já gozou e aumentá-lo quanto for possível. Os lavradores alegam para justificar o seu desalento a ferrugem, moléstia que de certo tempo a esta parte assalta o trigo e o mata. Observei que porem, que na Europa também a ferrugem e outros males acometem o trigo e nem por isso deixa-se de cultivar com fervor o cereal que depende a alimentação dos povos civilizados.

Nesse período o principal produto, carro chefe da economia do Estado, era a erva-mate. Na época, imigrantes de várias províncias do Sul, Sudeste Nordeste vinham ao Paraná em busca de empregos no campo.

Analisando o papel do estado na época, Santos (1945 p:49) comenta que:

A intervenção do Estado, tanto no âmbito nacional como regional, aponta o apoio tido como indispensável as economias de exportação. Para o Paraná, na conjuntura dos anos 50, o privilegio mento ao universo do mate, ainda ligado aos ditames do capital comercial, impediu de novos capitais que seriam importantes para a diversificação da economia.

Aprofundando sua reflexão, Santos (1945 p:53), pondera que:

Os confrontos parlamentares entre conservadores e liberais revelam, a partir da abolição do trafico negreiro e de regulamentação da propriedade fundiária, posições divergentes no tocante a carestia de gêneros alimentícios no Brasil. Para os conservadores mais radicais a abolição do trafico acabou permitindo a desarticulação da lavoura, com a falta do braço

escravo e a consequência elevação nos preços dos alimentos. Para os liberais a carestia se deu em face dos monopólios que controlavam o comércio de alimentos básicos como carne seca e farinha. E ainda, a constante alegação da falta de braços para a cultura de gêneros alimentícios não constituía argumentos exclusivos dos Presidentes da Província, mais também entoam o mesmo hino do governo, com e o caso do liberal Sebastião Ferreira Soares que em 1860, estudando a questão da propriedade agrícola no Brasil, denunciava os Principais produtores de café da Província do Rio de Janeiro que visando lucros certos e imediatos na venda deste gênero, começaram desde logo por aplicar todas as suas forças na cultura exclusiva dos cafezeiros, e até abandonarão a dos gêneros alimentícios, milho e feijão.

Os preços dos produtos agrícolas, atualmente chamadas de *commodities* sempre foram motivos de preocupação. Na época, assumindo uma postura divergente dos conservadores, Ferreira Soares entende que a subida dos preços consagrados a estas culturas, é amparada mais por uma política econômica e social, tanto no âmbito nacional como regional, que permitiu o enriquecimento e a expansão de certas classes sociais, ligadas ao desenvolvimento de agricultura de exportação e as atividades urbanas de indústria e comércio.

Na Província do Paraná em 1860, a população ultrapassava 80.000 habitantes, com aumento da demanda de alimentos básicos, principalmente. Tendo esse quadro como pano de fundo é que as políticas concedidas e irradiadas pelo Governo Imperial também são implementadas, principalmente diante da necessidade de oferecer mais dinamismo no comércio interno.

Paradoxalmente, apesar da Província do Paraná ser um importante parceiro comercial mundial de produtos agrícolas, pelo fato de ter uma economia fortemente baseada na exportação, o abastecimento interno era feito pela importação de alimentos do exterior e de outras Províncias. A crise da subsistência na Província do Paraná provocou o aumento de importação de gêneros alimentícios. Para complicar, na Província do Paraná se reproduzia a política nacional, não estava preocupada na promoção de uma política de produção agrícola para atender ao consumo local.

Santos (1945 p: 132) entendia que as crises vividas pela economia ervateira era consequência, muitas vezes, dos reflexos da crise da economia internacional.

No entanto, cabe salientar que em determinadas conjunturas, o declínio da exportação se deu em virtude da baixa qualidade do mate paranaense, em face da mistura empregada no processo de produção com congonha falsificada.

A crise econômica foi indutora de mudanças substanciais no quadro de influência no país. Na pecuária, a classe de criadores não tinha mais o poder político da província, diversos fazendeiros passaram a reservar as suas terras para as invernadas, alugando-as aos tropeiros para o repouso e engorda do gado.

Essa mudança no quadro dos agentes influentes no país, foi preocupante a ponto de que no relatório apresentado em 1876 perante a Assembléia Provincial, o Presidente Lamenha Lins afirmava que:

Percorrendo os Campos Gerais, de que tem feito tão belas descrições sempre aquém da realidade, notei que a criação de gado ali não corresponde à grande extensão e riqueza dos pastos; fazenda de 3 a 4 léguas de magníficos campos, contém apenas 600 a 800 rezes. Disserem-me alguns fazendeiros a quem fiz esta observação, que isto era devido ao abandono em que até bem pouco tempo estive a criação de gado. Os fazendeiros levados ao lucro fácil e grande que tiveram com as invernadas das tropas vindas do sul deixaram a criação do gado quase que completamente abandonada.

Referindo-se a estrutura fundiária vigente na época, Santos (1945 p:56) observa que:

A nova forma utilizada da propriedade fundiária foi o reflexo da desagregação do sistema econômico-social estabelecido sobre a economia da pecuária. Diversas famílias de fazendeiros passaram a morar nas cidades, movimentando ainda mais o comércio urbano.

Decorrente da crise econômico-social instalada nesse período, na Província do Paraná a partir do século XIX, com a desagregação da economia na pecuária e do mate e a precária produção agroalimentar e do abastecimento, a política colonizadora regional foi apoiada pelo Governo Imperial, no sentido de colonização. As medidas implementadas na época foram materializadas por uma política nacional de colonização direcionada a atender aos problemas da grande lavoura.

Em termos locais, Santos (1945 p:66) observou que na Província do Paraná, os discursos dos presidentes de Províncias, e suas ações, visavam recuperar a

produção de alimentos e estabelecer políticas de abastecimento. E tais ações estavam integradas e por vezes tutelada pelo Governo Central, foram implementadas pelos governos locais que estavam cientes da necessidade de enfrentar as transformações sociais que estavam ocorrendo e da necessidade de reconstruir a lavoura de subsistência com base no trabalho livre.

Aproveitando-se das correntes imigratórias, especialmente aquelas dos países europeus, a decisão tomada pelos governos Provinciais foi de criar uma colônia formada por colonos que se dedicassem exclusivamente a agricultura. No, hoje estado Paraná, na época Província do Paraná, com o apoio do Governo Provincial é criada a colônia Assungui, localizada a 109 Km de Curitiba. No ano de 1875 a Colônia Assungui contava com uma população de 1824 pessoas.

Diante do quadro sócio-econômico instalado na época, Santos (1945 p:69) avaliava que:

As expectativas do governo provincial eram no sentido de que a Colônia do Assungui pudesse produzir em larga escala o milho, o feijão, a batata e a cana-de-açúcar, visto que os terrenos eram apropriados para tanto. Entretanto, a Colônia não produziu o mínimo esperado e muitos trabalhadores estrangeiros abandonaram as suas propriedades, diante das dificuldades enfrentadas, inclusive, para colocar seus produtos no mercado.

A estratégia de forma colônia de imigrantes, na então Província do Paraná, passa a ser tratada com mais rigor. Tanto é que, em 6 de Abril de 1876 o Governo Lamenha Lins promulgou a Lei nº 451, que estabelece grupos de estudo sobre a imigração. No mesmo ano, fruto de sua estratégia governamental de implantação de colônias de imigrantes, foram criadas e implementadas o assentamento de doze colônias aos arredores de Curitiba. Essas doze colônias foram responsáveis por fixarem 4.000 colonos. Para prover um mínimo de estrutura de funcionamento das colônias e escoamento da produção e cumprindo o novo plano de colonização agrícola foram construídos 103 quilômetros de estradas de rodagem.

Essa política de abastecimento geral para a Província, conforme Santos (1945 p: 76) previa a formação de grandes colônias e aldeamentos (Paranapanema, Eufrásia e Pereira, São Pedro de Alcântara, Colônia Militar de Jataí, N.S. do porto, do Assungui). Ainda, de acordo com os planos de criação e implementação de

colônias e aldeamento, estas passaram a receber também estímulos da nova política de colonização, pois era entendimento do governo local que com a entrada de imigrantes seria possível construir uma civilização camponesa a maneira da Europa. A vinda dos imigrantes para o Paraná trouxe conhecimentos agrícolas, que contribuíram para a formação do processo de produção agroalimentar da província.

Apesar disso, como observamos nos dias de hoje, muitos membros das colônias não integraram-se totalmente ao nosso País. Muitos integrantes de colônia, até hoje cultivam sua língua nativa, como uma certa forma de resistência. A visão míope da política de imigração, tornou cada vez mais miserável a vida dos outrora escravos. Sem profissão, estudo, foram os “escravos” jogados a sua própria sorte, sofrendo privação e preconceito.

2.1.2.1 A criação do Ministério da Agricultura

O Ministério da Agricultura, originalmente denominado Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, foi criado no século XIX por decisão da Assembléia Legislativa, quando da promulgação do **Decreto Imperial nº 1067** de 28 de julho de 1860, passando a integrar a estrutura formal do Gabinete do 2º Império.

Sua criação se fez por meio da reorganização da estrutura vigente, incorporando atribuições e competências afetas à outras pastas, bem como seu quadro de pessoal foi arregimentado das diversas Secretarias de Estado, da Repartição Geral das Terras Públicas e da Diretoria Geral dos Correios, não implicando no aumento do quantitativo geral do pessoal, nem tampouco no crescimento das despesas com seu pagamento.

Amaral (1958: p.249) reproduz depoimento de Sarandi Raposo, funcionário do Ministério da Agricultura, em que este relata que “[...] nenhum ato emanado desta secretaria tendeu para o incremento metódico da agricultura, das indústrias agropecuária ou extrativas, do ensino agrônômico e do credito agrícola.” Continuando o depoimento, “[...] podemos quase afirmar que durante sua longa existência 28 anos [o Ministério] se limitou a a aplicar grandes parcelas da fortuna publica e a preparar a superprodução, que tanto tem trabalhado o espírito dos profissionais da indústria açucareira e que produziu crises retardatárias do desenvolvimento do norte.”

O erário público sempre esteve presente no apoio a agricultura, apesar dos reclamos. Na época, o Banco do Brasil foi reaberto pelo Conde de Mauá e especializou-se na oferta de crédito rural, provendo os recursos necessários para reorganizar a produção agrícola brasileira após a abolição da escravatura. Não fazia parte dos planos de reorganização da agricultura brasileira, qualquer política de aproveitamento dos ex-escravos.

A partir do final de 1880 o Banco do Brasil passou a destacar-se como instituição de fomento econômico. Para a agricultura, destinou as primeiras linhas de crédito em 1888, utilizadas no recrutamento de imigrantes europeus para assentamento em lavouras de café, então sob o impacto da libertação da mão-de-obra escrava.

2.1.2.2 A crise do sistema monárquico

A crise do sistema monárquico brasileiro pode ser explicada através de algumas questões, dentre elas: A Falta de apoio dos proprietários rurais, principalmente dos cafeicultores do Oeste Paulista, que desejavam obter maior poder. Diante das pressões citadas, da falta de apoio popular e das constantes críticas que partiam de vários setores sociais, o imperador e seu governo, encontravam-se enfraquecidos e frágeis. Doente, D. Pedro II estava cada vez mais afastado das decisões políticas do país. Enquanto isso, o movimento republicano ganhava força no Brasil.

Contudo, com a ajuda do governo geral, o Paraná chegou às portas da República, tendo realizado condições de vulto para o seu futuro desenvolvimento, tais como a ligação do planalto com o mar por estrada de rodagem (1873) e de ferro (1888), a formação dos núcleos agrícolas de imigrantes europeus.

Siqueira (2006 p:20) discorre que a imagem que tinha o Brasil, ao encerrar o Império, era de uma aparente prosperidade, como uma economia em expansão, baseada na exportação de produtos primários como o café e a borracha. Além disso, o processo de industrialização desde seu início introduziu transformações que se fizeram notar rapidamente, levando à necessidade de modernização da vida em vários setores. Os elementos para essas mudanças foram patrocinados, em grande parte, pelos países capitalistas, interessados em efetuar investimentos no território nacional.

2.2 Política fundiária no período republicano

Com a proclamação da República, em 1889, o Banco do Brasil foi chamado a cooperar na gestão financeira do novo regime político e se destacou como agente saneador das finanças abalado pela crise do fim da Monarquia. Em 18 de setembro, foi autorizado por decreto o funcionamento de uma nova instituição financeira emissora, o Banco Nacional do Brasil.

A fundação da República, a 15 de Novembro de 1889, veio encontrar o Paraná sob o governo do Conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, que foi destituído, assumindo o governo do Paraná, o comandante da brigada militar Cardoso Júnior.

Embora contasse com alguns clubes e dois jornais republicanos, Livre Paraná, em Paranaguá e a República, em Curitiba, o movimento em favor das idéias republicanas foi muito fraco. Na Assembléia Provincial existia apenas um republicano, Vicente Machado da Silva Lima, que se destacaria na política paranaense nos primeiros anos da República.

Para Vargas (1994: pág. 4 e 5), as causas imediatas da República; haviam sido chamadas questão Religiosa e questão Militar, culminante com a abolição em 1888. Os estremecimentos do governo imperial respectivamente com o clero e o exército, tornaram precária a sustentação do velho regime, que acabaria desmoronando quando a poderosa classe dos grandes proprietários rurais retirou seu apoio político em função da libertação dos escravos, feita sem indenização esperada pelos escravocratas.

Na verdade a República era uma velha aspiração dos brasileiros em geral e inclusive de sua elite política mais esclarecida, para quem a Monarquia fora um artificial modelo político, fruto do arranjo com a monarquia portuguesa, na pessoa do Príncipe D. Pedro, para a obtenção de independência sem grandes lutas. Neste episódio, prevaleceram o malicioso conselho de D. João a seu filho a fim de que ao menos salvasse a Coroa para a família real quando já não fosse mais possível salvar a Colônia da América.

O que mais se reclamava não era exatamente a natureza do regime político, mais absoluta falta de autonomia administrativa para a solução dos mais elementares problemas locais. Vale aqui ressaltar o pensamento do Presidente Jesuíno Marcondes sobre a causa da maioria dos levantes, insurreições ou mesmos de revoluções prolongadas, no norte, no centro, e no extremo sul, que, segundo ele,

estavam ligadas a essa necessidade clamorosa do auto governo, independentemente da sua cor ideológica.

Com a vitória do movimento republicano liderado pelos oficiais do exército, foi estabelecido um governo provisório chefiado pelo Marechal Deodoro da Fonseca. Durante o governo provisório, foi decretada a separação entre Estado e Igreja; a concessão de nacionalidade a todos os imigrantes residentes no Brasil; a nomeação de governadores para as províncias que se transformaram em estados; e a criação da bandeira nacional com o lema positivista, "ordem e progresso".

O governo provisório promulgou, em novembro de 1891, a primeira constituição republicana do Brasil, inspirada no modelo federalista norte-americano. Consagrou a existência de apenas três poderes (executivo, legislativo, judiciário) e a instituição do voto descoberto e universal. Ficaram, no entanto, excluídos do direito de voto, os analfabetos, as mulheres, os praças [militares] e os mendigos. Nesse período, segundo Vargas (1994: p.4) durante os primeiros anos, entre novembro de 1889 e março de 1891, nada menos que sete governadores provisórios se sucederam no poder.

Foi intensificado o povoamento da Paraná, sobretudo na região das terras roxas do Norte do Estado. Fundaram-se fazendas de café e se criaram cidades nos vales dos rios Paranapanema, Cinzas e Jataí. No governo do presidente Floriano Peixoto, a revolução Federalista e a Revolta da Armada tiveram repercussão no Paraná, onde se travaram vários combates. Em 1912, teve início a Guerra do Contestado, que opôs os habitantes pobres da região situada entre os rios Uruguai, Pelotas, Iguaçu e Negro, às tropas oficiais. A região era disputada por Santa Catarina e pelo Paraná, o que motivou o nome de Contestado. A guerra só terminou por completa em 1916. Os estados envolvidos fazem um acordo. O governo do estado Affonso Alves de Camargo, foi pressionado, e não teve alternativa senão a assinar para salvar grande parte da área contestada.

A decisão do Supremo Tribunal Federal, contrária aos direitos paranaenses, publicada em 06 de julho de 1904, causou profundo abalo. Entretanto, em face de embargos opostos à sentença. A questão vinha se arrastando. Exauridos todos os recursos judiciais, e na iminência da execução da sentença, chegou ao clímax em 1916. Ou o Paraná se sujeitava ao acordo proposto pelo presidente da República, Wenceslau Braz, perdendo 28.000 quilômetros quadrados do seu território, ou se

submeteria a maiores danos e perdas, pois o acórdão do Supremo alcançava, em favor de Santa Catarina, as margens do Rio Iguaçu.

Resistir à força das armas, como desejavam alguns, era temeridade. Selar o acordo, suicídio político. Os interesses do Estado, entretanto, estavam acima das paixões que dividiam a população. O entendimento poderia resgatar área que hoje compreende dezenas de municípios, tais como: Palmas, Pato Branco, Francisco Beltrão entre outras.

Pressionado por essas perplexidades, Affonso não teve alternativa, senão assentir para salvar grande parte da área contestada. A maioria do Congresso Legislativo respaldou-lhe a dramática decisão, referendando-lhe o ato corajoso. O acordo foi celebrado a 20 de outubro de 1916.

Em 1920, o Paraná ocupava o 13º lugar em população no Brasil, com cerca de 700 mil habitantes; em 1960, o estado havia passado para o quinto lugar, com mais de 4,2 milhões de habitantes. Esse aumento não se deveu apenas ao crescimento natural, mas a intensas correntes migratórias internas, pelas quais se deslocaram habitantes de outros estados para áreas até então incultas do Paraná.

Desde o final do século XIX, lavradores paulistas e mineiros iniciaram a formação de fazendas de café no norte do estado, rico em terras roxas. A esse tipo de ocupação veio juntar-se a colonização dirigida, tanto oficial como particular. Acorreram também novas levas de colonos, notadamente japoneses e, com a experiência de empreendimentos semelhantes na Austrália e na África, em 1924, Lord Lovat visitou o Paraná e três anos depois obteve do governo uma concessão de 500 mil alqueires de terra no norte do estado. Fundou então a Paraná Plantation Ltda que, ao lado da Companhia de Terras do Norte do Paraná e da Companhia Ferroviária do Norte do Paraná, executou o plano de colonização dessa zona. O eixo da operação foi Londrina, que a partir daí cresceu em ritmo vertiginoso.

Na região dos rios Iguaçu e Paraná, as matas eram há muito exploradas por empresas que comercializavam madeira e mate. Desde a década de 1920 ocorria ali a ocupação espontânea por colonos gaúchos e catarinenses, em geral descendentes de alemães e italianos.

2.2.1 Período Vargas

O último governo antes da Era Vargas, foi de Affonso Alves de Camargo no período de 25/02/1928 a 05/10/1930; Na obra já citada, Vargas (1994: p.161), lê-se

que, este período de governo foi agitado, não só pelas tensões provocadas pela Primeira Guerra Mundial, quanto pela crise da erva-mate, a qual aniquilou as finanças do Estado, acrescida do “crack”, da Bolsa de Nova Iorque. Com essas repercussões, o funcionalismo viu atrasarem seus vencimentos e a economia estadual diluir-se. Foram esses alguns dos ingredientes que serviram de combustível à Revolução de 1930. No Paraná, da sua administração destacamos a ligação rodoviária Curitiba – Foz do Iguaçu, a construção do ramal ferroviário de Jaguariaíva e Jacarezinho, que permitiu a penetração no norte do Paraná, abrindo perspectivas para o “rush” do café e a colonização daquela importante área.

Quando o Interventor do Paraná, General Mário Tourinho renunciou ao cargo, após a revolução de 1930, o presidente Getúlio Vargas foi buscá-lo em Santa Maria, Manoel Ribas, pois o considerava solução conciliatória para os confrontos políticos que se desencadearam com a vacância da interventória. Veio governar com a autoridade e prestígio de uma bem sucedida carreira na área administrativa empresarial. Assumiu dia 30 de janeiro de 1932. Permaneceu durante treze anos à frente do governo paranaense, ora como interventor de 1932 a 1934, ora como governador de 1935 a 1937, e outra vez como interventor de 1937 a 1945.

Apesar de poucos recursos disponíveis, realizou importantes obras básicas, sem descuidar da assistência aos pobres e desvalidos, cujos dramas muito o sensibilizavam. Construiu, por exemplo, a Estrada do Cerne, iniciada em 1935 e concluída em 1940, ligação vital ao desenvolvimento integrado do Estado, numa distância de 700 quilômetros, ligando o Paraná de Curitiba ao Porto Alvorada, com bifurcação para Londrina e Jacarezinho.

Manoel Ribas iniciou as obras das estradas de Curitiba a União da Vitória e de Ponta Grossa a Apucarana. Intensificou o fomento à agricultura, mediante a construção de escolas rurais e distribuição de sementes selecionadas; intensificou a melhoria da pecuária com a criação de cavalos de corrida, a importação de reprodutores da raça “jersey”; reaparelhou o Porto de Paranaguá; apoiou a cafeicultura, ampliou atenção à educação com a construção de escolas, de que é exemplo maior o Colégio Estadual, em Curitiba; priorizou a Saúde Pública, com a implantação de centros de assistência sanitária, laboratórios e dispensários.

Em dezembro de 1905, após entendimentos com os acionistas privados e autorização do Congresso Nacional, o governo passou a deter 50% do capital da

instituição financeira, que passou a ser denominada novamente de Banco do Brasil. O governo também passou a deter o controle administrativo da instituição. Em novembro de 1936 era criada uma das mais importantes ferramentas de atuação econômica do Banco do Brasil: a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial.

Considerando que o Governo deve contribuir para a facilidade e desenvolvimento das operações de crédito agrícola e industrial, foi autorizado pelo Decreto Lei nº 221 de 27 de Janeiro de 1938, a captação de recursos para a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, mediante a colocação de bônus no mercado de capitais e junto aos então nascentes Institutos de Aposentadorias e Pensões. Esses títulos autônomos eram cotados na Bolsa do Rio de Janeiro e financiavam aquisição de maquinaria, custeio de safras e entressafras, sementes e adubos, melhoria de rebanhos além de matéria prima e reequipamento industrial estes Bônus ficam isentos de quaisquer impostos, taxas de selos, contribuições ou outras tributações federais, estaduais ou municipais, na conformidade do art. 4º da lei n. 454, de 9 de julho de 1937.

Em 1938 e 1939 a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial voltou a se utilizar do mercado de capitais, lançando um novo papel próprio, suas Letras Hipotecárias. O objetivo desses títulos era desafogar o grave endividamento da agricultura brasileira, reduzindo as taxas de juros em empréstimos com garantia de propriedades rurais. As dívidas dos produtores eram renegociadas e o pagamento feito com as Letras, transferindo-se as hipotecas para o Banco do Brasil. Na década de 40 o Banco do Brasil esteve presente na Marcha para o Oeste, deflagrada pelo presidente Getúlio Vargas, ajudando a incorporar milhares de hectares de terras ao processo produtivo.

2.2.2 Período pós Vargas

Com o fim da Ditadura de Vargas em 1945, Manoel Ribas, deposto depois de treze anos de governo deixara uma situação de estabilidade financeira que foi continuada por Clotário Portugal quando este assumiu o poder a 03 de novembro de 1945.

Após uma tranqüila campanha eleitoral, Lupion foi eleito com 91.059 votos contra 45.941 votos de Munhoz da Rocha. Ao chegar ao governo, Moysés Lupion já comandava enorme império econômico. Com trabalho e inteligência, seus negócios prosperaram de tal forma graças a investimentos industriais bem sucedidos. Nunca

tivera qualquer preocupação política, pois sua atenção esteve sempre desviada para construção do sonho industrial que sempre o empolgou, conforme diria mais tarde em discurso no Estado. Estava, entretanto, diante de novo desafio. A tônica do seu discurso de candidato foi a de construir um Paraná maior. Ao empossar-se diria “O que temos para realizar excede as minhas forças pessoais, mais eu asseguro que será a hora em que possam falar os capazes de criar alguma parcela de bem comum”. Esse primeiro quadriênio foi brilhante e fecundo. Caracterizou-se por inteligente política de planejamento, de ocupação de esforços territoriais e de integração geo-econômica. O início da cafeicultura coincide com a expansão da indústria madeireira, atraindo para o Paraná, sucessivas correntes migratórias. O Estado experimentou notável avanço progressista. Lupion assegurou o desbravar do norte e do oeste do Estado, embora a turbulência desse processo colonizador e projetou estradas capazes de viabilizar um excelente plano viário.

Ney Aminthas de Barros Braga, eleito Governador do Paraná, sua preocupação primeira foi de atender aos pendores do Estado para a industrialização. Importava, pois, fontes de geração de energia, rede viária, sistema de abastecimento de água, redes de armazéns, assistência ao produtor rural, enfim, praticamente tudo em termos de uma política global de desenvolvimento social e econômico.

Fortaleceu a Copel, recuperou o Banestado, asfaltou a Rodovia do Café, elo de integração entre o sul e norte, equacionou as questões de terra, principalmente no sudoeste. Implantou novas centrais geradoras de energia elétrica. Eliminou os racionamentos e atraiu novas indústrias. Iniciou o sistema de telecomunicação por microondas. O Paraná deu um salto. A renda da economia paranaense cresceu 153% nesse período.

Trouxe para o estado a refinaria Getúlio Vargas, de Araucária, criou a Codepar (mais tarde, Banco de Desenvolvimento do Paraná), o IPE, IAM, Café do Paraná, Celepar, Sanepar, Fundepar, etc. E o BRDE, com os governadores de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Esses órgãos, atuando com maior flexibilidade, lhe permitiram assegurar ao Paraná um ciclo notável de prosperidade. Não descuidou, contudo, do lado humano da gestão pública, atendendo aos menores carentes e as necessidades básicas das populações até então marginalizadas.

Paulo Cruz Pimentel ganhou, após memorável pleito em que se identificou, principalmente, com os trabalhadores rurais. Tomou posse a 31 de janeiro de 1966, levando para o governo uma valiosa mensagem de apoio popular.

Realizou administração proveitosa. No primeiro ano do seu mandato foi castigado por geadas e secas que comprometeram o orçamento do Estado, mas assim mesmo deu continuidade aos programas de expansão econômica. Interiorizou os serviços de luz e energia elétrica. Inaugurou as usinas Capivari-Cachoeira, Júlio Mesquita e Salto Grande do Iguaçu, além de outras centrais elétricas de menor porte.

Intensificou o financiamento industrial, gerando empresas capazes de modificar o estágio monocultor da economia paranaense, transformou a Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODAPAR) em Banco de Desenvolvimento (BADEP) e ampliou a rede do Banestado, com a compra de várias instituições financeiras, aumentando sua capacidade de captação e ampliação de dinheiro. Isso permitiu processo de exportação, a produção de placas de aglomerados de madeira, além de concretizar o primeiro empreendimento de café solúvel no Brasil.

Aumentou as quotas de participação do governo do Paraná no capital do BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul), de forma a assegurar maior eficácia àquela instituição na aplicação de repasses federais às indústrias do Estado.

Jaime Canet Júnior Governou o Paraná de 1973 a 1979 Cafeicultor e pecuarista, e com grande experiência em administração gerencial, realizou um governo dinâmico e progressista. Contou com o clima de Brasília inteiramente favorável ao Paraná, numa fase de grande influência das lideranças paranaenses na administração federal. Tal apoio logístico, político e administrativo, muito lhe valeu na consecução dos altos objetivos a que se propôs. Durante seu período de governo o Paraná deu enorme salto, em todos os setores, experimentando notável crescimento econômico. A agricultura modernizou-se, com a mecanização agrícola e produção de 12 milhões de toneladas de grãos. Entrou numa fase de acentuada pesquisa tecnológica com o IAPAR e outros organismos técnico-científicos. No campo da energia elétrica, a rede de transmissão e distribuição assinalou significativa expansão. De 11.500 quilômetros de linhas, passou para 20.000 quilômetros. A eletrificação rural alcançou 4.350 quilômetros de extensão.

José Richa governou o Paraná de 15 de março de 1983 a 1986, tendo sido o primeiro governador eleito pelo voto direto da população desde 1966. Seu governo, foi marcado pela execução do programa de eletrificação rural este programa foi chamado de Clic Rural, que ligou 120 mil propriedades rurais no prazo de quatro anos. Ao assumir, Jose Richa encontrou um Estado onde apenas 20% das propriedades rurais existentes contavam com luz elétrica.

Entendendo que o grande obstáculo para a expansão das redes elétricas no campo era o seu custo de construção e instalação, José Richa determinou à Copel estudos para simplificar e baratear tais projetos.

A liberação do financiamento do Banco Mundial de US\$ 104 milhões permitiu à Copel financiar aos agricultores o pagamento da sua parte no custo da ligação, possibilitando a um número expressivo de interessados aderir ao programa. Em quatro anos, o Governo Álvaro Dias, através do Programa de Irrigação e Drenagem, que beneficiou 10 mil produtoras de arroz.

Os recursos conquistados pelo Governo junto ao BID, em 1989, no valor de 149 milhões de dólares (valores à época), viabilizaram a completa realização do Programa, que previu a conservação de 5 milhões de hectares de terras produtivas, em 2.100 microbacias hidrográficas, beneficiando 165 mil produtores rurais. Ainda, a partir do "Paraná Rural", 50.000 hectares de terra receberam adubação verde e 132 mil hectares tiveram sua acidez corrigida com a aplicação de 273 mil toneladas de calcário.

Os produtores receberam apoio do Governo em todos os segmentos de sua atividade produtiva. Mais de 610 mil toneladas de sementes certificadas e fiscalizadas pelo Governo estiveram ao alcance do produtor, assegurando a colheita de mais e melhores frutos.

A pecuária de leite ganhou seis novos Centros de produção de material genético para o Programa de Inseminação Artificial, que envolveu 68 entidades e realizou mais de 135 mil inseminações para melhorar o nosso rebanho leiteiro. Em Morretes, foi implantada o Centro de Bubalinocultura, para desenvolver e gerar tecnologia na produção de leite, derivados e carne de búfalo.

A fruticultura recebeu um novo impulso com a implantação de cinco mil hectares de novos pomares, 90 unidades de observação de árvores frutíferas e distribuição de 3,2 milhões de mudas de espécies exóticas e nativas. A citricultura

comercial que há mais de 30 anos encontrava problemas para se desenvolver, consolidou-se definitivamente.

O sistema de armazenagem para grãos e produtos perecíveis, com capacidade total de 1.732.501 toneladas, serviu a 33.708 produtores que armazenaram 2.512.855 toneladas de produtos agrícolas.

O Paraná ganhou 5.176 novas famílias de pequenos produtores, que foram assentadas pelo Governo em 34 mil hectares de terras, com seus títulos de posse legitimados e a infra-estrutura necessária para trabalhar e produzir: sementes, insumos, equipamentos e ferramentas agrícolas. 44 escritórios da EMATER/PR foram construídos para oferecer assistência e melhorar o processo produtivo nas pequenas propriedades.

Os avanços técnicos e as vantagens econômicas advindas do Clic Rural foram mantidas e ampliadas pelo governador Roberto Requião no programa de eletrificação desenvolvido em seu primeiro mandato, iniciado em 1991, a Força Rural. Para realizar 50 mil novas ligações a custos acessíveis em quatro anos, Requião inovou introduzindo a equivalência em milho, mecanismo destinado a proteger o agricultor contra a variação dos índices oficiais de correção monetária.

Assim, o valor da parcela mensal financiada pela Copel era convertido em sacas de milho pelo preço de comercialização do dia e, no vencimento, a prestação era atualizada segundo os índices oficiais e pelo critério das sacas de milho: o agricultor pagava o valor menor.

Outra inovação importante adotada por Requião foi permitir aos agricultores beneficiados que se organizassem em mutirões para ajudar na construção das redes de distribuição de energia, reduzindo o custo da obra e, por consequência, o valor a ser desembolsado.

Roberto Requião iniciou seu governo com a entrega dos títulos definitivos de propriedades aos agricultores de Pitanga, cuja posse arrastava-se há mais de 70 anos. Ele também implantou o Programa Casa da Família, que construiu mais de 60 mil casas com 52 metros quadrados, em alvenaria, com prestações que não ultrapassam 20% do salário mínimo. Em parceria com o Exército Brasileiro, construiu a Ferroeste, ligando Cascavel ao Porto de Paranaguá.

Outros programas marcaram sua administração, como Panela Cheia, com financiamento de safras em equivalência em produto. Para os agricultores

paranaenses, a moeda era o milho. Implantou ainda o maior programa de melhoria genética da história do Estado. Foram entregues aos criadores paranaenses 150 mil bovinos de leite e 330 mil ovinos, com matrizes de raças selecionadas.

No período 1995-2002, Jaime Lerner foi governador do Paraná, sua administração foi marcada pela novação e a vanguarda para o Estado do Paraná no campo econômico, social, ambiental, cultural e da infra-estrutura. A economia paranaense deixou de depender da área agrícola para ostentar uma indústria moderna, com tecnologia de primeira linha, cujo símbolo é o pólo automobilístico, o segundo maior do País. Vieram para o Paraná US\$ 20 bilhões em investimentos industriais privados, sendo criados cerca de 700 mil empregos diretos e indiretos.

O governo, em conjunto com a iniciativa privada, investiu em infra-estrutura, melhorando estradas, portos, aeroportos, construindo pontes estratégicas para o Estado e ampliando a produção e fornecimento de energia elétrica, para atender a demanda das novas indústrias. No período, foi desenvolvido o programa Vilas Rurais voltadas para a melhoria das condições de vida da população rural de baixa renda. O governo oferece local de moradia, terreno e apoio para plantio, além de apoiar a criação de cooperativas e pequenas agroindústrias entre os moradores.

Foi elaborado o programa, Fábrica do Agricultor para melhorar a renda dos produtores rurais e criar novos empregos com a transformação da produção primária do Paraná. A Fábrica do Agricultor estimula a transformação da matéria-prima para agregar valor à produção, facilita o acesso às linhas de crédito e oferece apoio na comercialização das mercadorias, com a abertura de canais para o escoamento da produção e a elaboração de propostas de comunicação visual dos produtos.

Uma das características do projeto Vila Rural é ser um programa voltado ao trabalhador volante, também conhecido por bóia-fria. O governo do estado, em parceria com as prefeituras comprou grandes áreas que foram loteadas em terrenos de cinco mil metros quadrados, implantou o arruamento, abastecimento de água e energia elétrica. Em cada terreno foi construída uma casa de alvenaria com 44,5 metros quadrados para cada família.

As vilas localizam-se junto aos distritos ou em estradas vicinais para que seus moradores tenham acesso à escola, à saúde e ao consumo de bens e serviços. Foram feitas 412 vilas rurais e atendidas 16 mil famílias

3. Aspectos metodológicos

Collis & Hussey (2005) a respeito da classificação das pesquisas e diante dos muitos tipos existentes, aludem que estas podem ser classificadas “[...] de acordo com: o **objetivo** da pesquisa; o **processo** da pesquisa; a lógica da pesquisa e o **resultado** da pesquisa.” [*grifo no original*]. Este trabalho tem como objetivo estudar a o agronegócio e agricultura familiar paranaense sob a perspectiva da política fundiária paranaense.

Quanto ao objetivo é uma pesquisa *exploratória* por proporcionar maior familiaridade com a questão de pesquisa proposta, procurando padrões, idéias e a obtenção de *insights*, que num plano futuro subsidiem uma investigação mais rigorosa. Também é *descritiva*, ao tratar da descrição das características de determinada população e o comportamento de fenômenos, possibilitando a avaliação e descrição das características de questões pertinentes (Gil, 1996 e Collis & Hussey, 2005).

Paradigma, conforme Collis & Hussey (2005) [...] refere-se ao progresso da prática científica com base nas filosofias e suposições de pessoas sobre o mundo e a natureza do conhecimento; nesse contexto, sobre como a pesquisa deveria ser feita.”

A respeito da pesquisa, os autores observam a existência de “[...] dois principais *paradigmas* ou filosofias de pesquisa.” e que apesar das incertezas, eles podem ser chamados de *positivistas* e *fenomenológicos*, sendo que alguns autores preferem os termos *quantitativo* e *qualitativo*.

Este estudo é orientado pela abordagem do paradigma fenomenológico [*qualitativo*], que, segundo Collis & Hussey (2005) [...] se interessa em entender o comportamento humano a partir de uma referência do participante [...] presume-se que a realidade está dentro de nós; portanto, a ação de investigar a realidade tem um efeito sobre essa realidade. Ou seja, os métodos de pesquisa utilizados, conforme Van Maanen (1983:9) *apud* Collis & Hussey (2005)

[...] uma série de técnicas interpretativas que procuram descrever, traduzir e, de outro modo, entender o significado e não a frequência de determinados fenômenos que acontecem com mais ou menos naturalidade no mundo social.

Para levar a termo esta pesquisa, considerando o recorte temporal, os dados foram coletados por meio de pesquisa bibliográfica, documentos, leis etc.

4. Relações entre agronegócio, agricultura familiar e política fundiária paranaense

4.1 Política fundiária paranaense: *panorama atual*

A realidade imposta nos anos 90 para a agricultura familiar aponta para a necessidade de diversificação, da agregação de valor aos seus produtos da ocupação de espaços consistentes de mercado com produtos diferenciados.

O crédito rural quase levou o Banco do Brasil à falência durante o Plano Collor, devido às dificuldades dos agricultores para honrar seus débitos. Em 1995, o patrimônio do banco havia caído para um terço dos valores de julho de 1994. Foi preciso demitir 13 mil funcionários e fechar 116 agências para superar a crise. Revigorado, hoje o Banco do Brasil é a maior instituição financeira do País, com ativos no valor de R\$ 342,4 bilhões e 26 milhões de clientes.

Para a agricultura familiar, a atuação governamental concentra-se em duas frentes: (i) uma por meio do desenvolvimento e implementação de programas objetivando a redução da pobreza rural e melhoria da qualidade de vida do seguimento caracterizado como agricultores periféricos e (ii) outra para os outros dois segmentos da agricultura familiar, (agricultores de transição e agricultores consolidados).

O Governo do Paraná, por meio da SEAB (Secretaria da Agricultura do Abastecimento do Paraná) e em parcerias com entidades públicas e privadas, executa o **Programa Agroindústria Familiar e Fabrica do Agricultor**, possibilitando a inserção dos pequenos e médios agricultores no mercado, gerando emprego e renda no meio rural.

Todo este esforço conduz para atingir um dos principais objetivos dos Programas, que é a verticalização da produção a partir das unidades dos agricultores familiares, permitindo a agregação de valor aos seus produtos e renda aos seus negócios, contribuindo para a permanência de suas famílias no meio rural pela geração de novos empregos. O êxito desses programas, conseqüentemente, será a conquista e melhoria do bem estar social dos produtores que trabalham com agricultura familiar.

4.2 Políticas de crédito rural para o agronegócio e agricultura familiar

4.2.1 Crédito Fundiário

É um programa do Governo Federal complementar à Reforma Agrária, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e executado em parceria com o Governo do Estado, Entidades de Representação e Coordenação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Prefeituras Municipais e demais entidades ligadas à Agricultura Familiar. Tem por objetivo a geração de emprego e renda no meio rural através do acesso rápido a terra.

4.2.2 PRONAF

O PRONAF é um programa do Governo Federal criado em 1995, com o intuito de atender de forma diferenciada os mini e pequenos produtores rurais que desenvolvem suas atividades mediante emprego direto de sua força de trabalho e de sua família.

Tem como objetivo o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo à cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores familiares.

Vantagens do PRONAF

a) Para os produtores:

- I. Obtenção de financiamento de custeio e investimento com encargos e condições adequadas a realidade da agricultura familiar, de forma ágil e sem custos adicionais;
- II. O aumento de renda mediante melhoria de produtividade, do uso racional da terra e da propriedade;
- III. Melhoria das condições de vida do produtor e de sua família;
- IV. Agilidade no atendimento;
- V. Para os produtores que honrarem seus compromissos, garantia de recursos para a safra seguinte, com a renovação do crédito até 5 anos, no caso de custeio das atividades.

b) Para o país:

- I. Maior oferta de alimentos, principalmente dos que compõem a cesta básica: arroz, feijão, mandioca milho, trigo e leite;
- II. Estimula a permanência do agricultor no campo em mais dignidade e qualidade de vida.

O agricultor, para poder inscrever-se no processo de obtenção de financiamento, tem que atender aos seguintes requisitos:

- a) explorem a terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária;
- b) residam na propriedade ou em local próximo;
- c) possuam, no máximo 4 módulos fiscais (6 módulos fiscais, no caso de atividade pecuária);
- d) tenham o trabalho familiar como base da exploração do estabelecimento;
- e) tenham renda bruta anual, conforme apresentado no Quadro 1

Quadro 1 – Beneficiários do PRONAF

Grupos	Características
A	Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária que não foram contemplados com operação de investimento sob à égide do PROCERA ou com crédito de investimento para estruturação no âmbito do PRONAF; e beneficiados por programas de crédito fundiário do Governo Federal.
A/C	Agricultores familiares egressos do Grupo A, que se enquadrem nas condições do Grupo C e que se habilitem ao primeiro crédito de custeio isolado
B	Agricultores familiares, inclusive remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas que obtém renda bruta anual de até R\$ 2.000,00, excluídos os proventos vinculados a benefícios previdenciários decorrentes das atividades rurais.
C	Agricultores familiares e trabalhadores rurais, inclusive os egressos do PROCERA e/ou Grupo A, que obtém renda bruta anual familiar acima de R\$ 2.000,00 e até R\$ 14.000,00, excluídos os proventos vinculados a benefícios previdenciários decorrentes das atividades rurais..
D	Agricultores familiares e trabalhadores rurais, inclusive os egressos do PROCERA e/ou Grupo A, que obtém renda bruta anual familiar acima de R\$ 14.000,00 e até R\$ 40.000,00, excluídos os proventos vinculados a benefícios previdenciários decorrentes das atividades rurais.
E	Agricultores sociais e trabalhadores rurais egressos do PRONAF ou ainda beneficiários daquele programa, que obtém renda bruta anual familiar de até R\$ 60.000,00, excluídos os proventos vinculados a benefícios previdenciários decorrentes de atividades rurais.

4.2.3 Trator Solidário

O Programa Trator e Equipamentos Populares Solidários é um programa do Governo Estadual que financia a compra de tratores e implementos para agricultores paranaenses enquadrados nas categorias C e D do Programa de Fortalecimento da agricultura familiar Pronaf.

Os agricultores que serão atendidos pelo programa Trator Solidário são aqueles enquadrados no PRONAF C e D e que apresentem algumas características, entre elas grau elevado de dificuldades para a aquisição de equipamentos. Os

beneficiários do PRONAF "C" são os agricultores familiares com renda bruta anual de R\$ 3 mil a R\$ 16 mil. Os do PRONAF D são os agricultores com renda bruta de R\$ 16 mil a R\$ 45 mil por ano.

A compra de tratores poderá ser feita individualmente ou em grupo. O limite de financiamento por produtor será de R\$ 18 mil. Serão financiados tratores com potência de 50 cv a 75 cv e também tratores multicultivadores. O prazo de financiamento será de até dez anos, com até cinco anos de carência - nos outros cinco, os pagamentos serão anuais com juros médios de 3% ao ano.

4.2.4 Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Estado do Paraná

As condições que regem o Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Estado do Paraná, são as seguintes:

Art. 1º Fica instituído o Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Estado do Paraná - Fundo de Aval, de natureza contábil, com a finalidade de prover recursos financeiros para garantir os riscos das operações de financiamentos contratados com Agricultores Familiares beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar PRONAF, criado pelo Decreto Presidencial nº 1946, de 28 de junho de 1996, ou por Lei Federal que vier a sucedê-lo ou alterar o referido Decreto.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei consideram-se como beneficiários os agricultores familiares enquadrados no PRONAF de acordo com as normas estabelecidas no Manual de Crédito Rural, MCR, do Banco Central do Brasil, BACEN.

Art. 2º O Fundo de Aval tem por objetivo democratizar, fomentar, socializar e aumentar a competitividade das atividades econômicas, de forma compatível com o Meio Ambiente no Estado do Paraná através da facilitação do acesso ao crédito rural, concedendo garantias à contratação de financiamento aos beneficiários do PRONAF, de forma individual, grupal ou organizados em associações e cooperativas.

Art. 3º O Fundo de Aval contará com o aporte inicial de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), oriundos do Tesouro do Estado do Paraná, para respeitados os limites e diretrizes da Lei Orçamentária e de Responsabilidade Fiscal prestar garantias à contratação de financiamentos concedidos por instituições financeiras

oficiais de crédito, federais, estaduais e municipais, inclusive cooperativas habilitadas a operacionalizar o PRONAF.

§ 1º As instituições financeiras oficiais de crédito e cooperativas referidas no caput deste artigo só poderão utilizar o Fundo de Aval mediante celebração de convênios específicos com o Estado do Paraná que, necessariamente, versarão sobre:

- I – obrigações dos agentes financeiros;
- II – procedimentos operacionais;
- III – o cumprimento do aval por parte do Fundo de Aval;
- IV – recuperação dos créditos em caso de inadimplência;
- V – outros procedimentos e normas que assegurem o pleno funcionamento do Fundo de Aval.

§ 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Suplementar para aumento do aporte de recursos financeiros de que trata o caput deste artigo.

Art. 4º As garantias à contratação de financiamentos prevista nesta lei destinam-se:

- I – à realização de investimentos fixos e semifixos;
- II – à implantação de novos empreendimentos produtivos rurais sustentáveis;
- III – ao financiamento de capital de giro;
- IV – à operação de custeio agrícola, pecuário e extrativista;
- V – comercialização de produtos agropecuários e implantação de agroindústrias de base familiar;
- VI – à contratação de assistência técnica;
- VII – à produção e comercialização de produtos.

§ 1º Somente serão avalizadas com recursos financeiros do Fundo de Aval as operações de crédito que forem enquadradas no PRONAF e nas linhas prioritárias de financiamento definidas na forma da Lei nº 9.917, de 30 de março 1992.

§ 2º As garantias do Fundo de Aval poderão ser concedidas conjuntamente com outras prestadas por diferentes fundos de avais e/ou instituições similares, em atuações complementares, conjuntas ou isoladas, visando a viabilização de operações de créditos aos beneficiários previstos no art. 2º desta lei.

Art. 5º Constituem receitas do Fundo de Aval, os recursos financeiros:

- I – oriundos do Orçamento Geral do Estado do Paraná, transferidos pelo Tesouro Estadual;
- II – transferidos por instituições governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, participantes de projetos de parceria com o Fundo de Aval;
- III – oriundos de doações de qualquer natureza;
- IV – resultantes dos rendimentos de aplicações financeiras;
- V – oriundos da recuperação de valores de avals honrados pelo Fundo de Aval;
- VI – resultantes de revisão de saldos não aplicados;
- VII – transferidos pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE.

Parágrafo único. O saldo positivo apurado em cada exercício financeiro será transferido para o exercício seguinte, a crédito do Fundo de Aval.

Art. 6º O Decreto regulamentar desta lei estabelecerá:

- I – as condições gerais para a concessão de aval pelo Fundo de Aval;
- II – os níveis máximos de garantia a serem adotados nas operações de aval;
- III – as condições de efetivação do provimento dos recursos financeiros pelo Fundo de Aval;
- IV – o prazo máximo de garantia do aval, o qual deve coincidir com o prazo de financiamento pactuado, e, em caso de prorrogação total ou parcial deste, a garantia do aval poderá se estender a novos prazos, a serem pactuados de acordo com a legislação específica do BACEN;
- V – o público alvo a ser contemplado dentro das diversas categorias de produtores no PRONAF.

Art. 7º O beneficiário de aval previsto nesta lei que, injustamente, não honrar os seus compromissos financeiros com as instituições oficiais de crédito conveniadas com o Estado do Paraná, para o fim nela previsto, resultando na utilização de recursos financeiros do Fundo de Aval para cobrir o montante do financiamento que foi por ele avalizado, não poderá ter qualquer tipo de relacionamento contratual, comercial e financeiro com a administração estadual, direta e indireta, especialmente na realização de obras, prestação de serviços e fornecimento de bens e materiais de consumo de qualquer tipo, enquanto o seu débito não for pago.

Parágrafo único. Caso o beneficiário seja pessoa jurídica, aplica-se o disposto no caput deste artigo aos seus acionistas, quotistas ou sócios.

Art. 8º Poderá ser concedida nova garantia pelo Fundo de Aval antes da quitação da operação inicialmente concedida, quando destinado para a mesma finalidade, respeitadas as normas gerais do Manual de Crédito Rural – MCR.

Art. 9º Fica criado no âmbito da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, o Comitê Gestor Intersecretarial do Fundo de Aval, de caráter deliberativo, a quem compete às decisões relativas à administração geral do Fundo de Aval, baixar instruções normativas complementares a operacionalização, organização administrativa, contábil, financeira, orçamentária e à concessão de garantias à contratação de financiamento de que trata esta lei.

Art. 10. O Poder Executivo regulamentará a composição e o regimento interno do Comitê Gestor Intersecretarial Estadual que atuará nos municípios em consonância com os planos de desenvolvimentos rurais – PDR, na análise das prioridades e beneficiários do Fundo.

Art. 11. Os recursos financeiros do Fundo de Aval serão movimentados exclusivamente em contas especiais próprias, através de instituições financeiras oficiais de crédito conveniadas.

Art. 12. Aplica-se à execução do Fundo de Aval as normas públicas que regem a legislação orçamentária e financeira, a legislação processual específica para cobrança dos créditos tributários e não-tributários do Estado, bem como, no que couber, as normas gerais constantes do Manual de Crédito Rural – MCR do Banco Central do Brasil, nos termos do Decreto regulamentar.

Art. 13. O Fundo de Aval estará sujeito a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sem prejuízo do controle interno e de auditoria que o Poder Executivo adotar.

Art. 4. Em caso de inadimplência, e uma vez esgotadas todas as medidas legais devidas à cobrança, e pós o transito em julgado, os bens adquiridos, objetos do financiamento ou o valor monetário correspondente, serão incorporados ao patrimônio do Estado.

Art. 15. A gestão financeira do Fundo de Aval será exercida pela Agência de Fomento do Paraná S/A, devendo obedecer as decisões tomadas pelo Comitê Gestor Intersecretarial.

Parágrafo único. O registro, o controle contábil e financeiro do Fundo de Aval, bem como das concessões de avais serão realizados por setor próprio da Agência de Fomento do Paraná S/A.

Art. 16. Os riscos operacionais decorrentes dos avais concedidos serão assumidos pelo Fundo de Aval, limitados ao seu patrimônio líquido.

Art. 17. Fica limitada a alavancagem de cobertura do Fundo de Aval, na concessão de garantias de crédito de operações, em até 30 (trinta) vezes o seu patrimônio líquido.

Art. 18. A extinção do Fundo de Aval dar-se-á mediante aprovação de Lei, sendo que, os recursos existentes serão revertidos aos cofres públicos estaduais.

Poderá, de acordo com as regras desse programa, ser exigidos a concessão de garantias complementares necessárias à contratação de financiamentos a produtores rurais que não disponham de garantias suficientes para o acesso a financiamentos na rede bancária.

Beneficiários:

Agricultores enquadrados no Grupo .C. do Programa de Apoio à Agricultura Familiar, PRONAF, de acordo com as normas divulgadas pelo BACEN e condições estabelecidas pela Lei Estadual 14.431, regulamentada pelo Decreto-Lei 3.928.

4.2.5 Fábrica do Agricultor

O programa Fábrica do Agricultor, instituído pelo governo paranaense, apóia a inclusão social e o desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar. A atuação do programa é por meio do beneficiamento, transformação ou processamento em pequenas agroindústrias familiares utilizando as matéria-primas originárias da produção orgânica ou convencional.

Integra a agroindústria familiar ao mercado consumidor, possibilita a obtenção de um produto diferenciado e com valor agregado. Tem um papel fundamental na divulgação dos produtos típicos de cada região, fortalece a economia local e regional. Um dos pontos fortes como apelo comercial é o respeito as normas sanitárias, ambientais e físicas com produtos socialmente corretos. No contexto global das diversas atividades econômicas desenvolvidas no estado do Paraná, integra com sucesso o turismo e artesanato rural com a agroindústria familiar.

4.2.6 CPR Credito do Produtor Rural

O CPR [Crédito Popular Rural] surgiu devido à redução dos investimentos no setor rural por parte do Governo. Era preciso que se desenvolvessem novas formas de captação de recursos, e a CPR foi a solução encontrada.

A operacionalização do CPR é viabilizada pela venda a termo sua produção agropecuária, para tanto emitindo um título e recebendo o valor da venda à vista. O vendedor, no caso produtor rural, aceita uma cláusula contratual comprometendo-se a entregar o produto negociado na quantidade, qualidade, local e data estipulados, podendo ser realizada através de entrega financeira ou de entrega física. O título emitido tem por escopo sustentar a venda antecipada de produtos agrícolas e somente destes e com esta única finalidade.

As operações de CPR existem desde 1994, amparada na Lei 8.929, de 22 de agosto de 1994 que a instituiu a Cédula de Produto Rural (CPR), mediante a qual o emitente promete entregar ao credor a quantidade de produto registrada em seu contexto.

4.3 Crédito Rural no Estado do Paraná

Em qualquer sociedade, é inegável o papel do crédito rural e de seus agentes. No caso paranaense, o crédito rural – entre outros papéis - apóia o desenvolvimento dos municípios, facilita o acesso dos produtores às tecnologias. A sua operacionalização conta com a participação do Instituto Emater, responsável pelo desenvolvimento do projeto de Crédito Rural em parceria com a FETAEP, FAEP FETRAP-SUL, sindicatos rurais, sindicatos dos trabalhadores rurais, Banco do Brasil, SEAB, Câmara Setorial da Agricultura Familiar, Ocepar, Sicredi, Cresol, prefeituras municipais, conselhos de desenvolvimento rural, cooperativas de produção, MDA, Mapa e associações comerciais.

Em geral, os objetivos do crédito rural são:

- a) estimular os investimentos rurais feitos pelos produtores ou por suas associações (cooperativas, condomínios, parcerias, etc);
- b) favorecer o oportuno e adequado custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários;
- c) fortalecer o setor rural;

- d) incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção, visando ao aumento de produtividade, à melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada utilização dos recursos naturais.

A política de crédito rural estabelece as atividades que podem ser financiadas pelo crédito rural, conforme segue:

- a) custeio das despesas normais de cada ciclo produtivo;
- b) investimento em bens ou serviços cujo aproveitamento se estenda por vários ciclos produtivos;
- c) comercialização da produção.

4.4 Perspectivas do agronegócio e da agricultura familiar paranaense

A diversidade produtiva da agricultura familiar, no Brasil e em especial no estado do Paraná, aliada a um aproveitamento não predatório da natureza, torna esta forma de organização da produção um instrumento privilegiado para a criação de um modelo agrícola.

Este tipo de modelo agrícola, tem como principais características, combinar a sustentabilidade econômica, a social e a sustentabilidade ambiental. Em função disso, tem todas as condições de assegurar a permanência do homem no campo, tornando as pequenas propriedades auto-sustentáveis e evitando correntes migratórias para as cidades.

A criação do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências decorreu da necessidade do Governo de implementar uma política agrária e fundiária para o Estado do Paraná, que respondesse às demandas da sociedade e se apoiasse em instrumentos de Gestão Territorial integrados às políticas públicas federais e estaduais de inclusão social.

Uma leitura da atual situação, fundamentada nos indicadores econômicos e socioambientais do Estado do Paraná, vislumbramos um horizonte promissor para o agronegócio e em especial para a agricultura familiar. Os programas e ações previstos pelo Governo, gestão 2003/2006 e 2007/2010 propõem políticas agrárias de redução da pobreza rural e de proteção ao meio ambiente, estabelecendo como prioridade a inclusão social, o desenvolvimento sustentável e a democratização do acesso e do uso da terra.

A situação fundiária e agrícola do Estado do Paraná é muito semelhante em diversos aspectos a do restante do País. No Paraná, a necessidade de mudança no modelo de produção agrícola é reforçada pelo fato de que o Estado possui 327.611 estabelecimentos voltados à agricultura familiar. Tais números significam que 90% dos estabelecimentos agropecuários ocupando 41% da área rural respondendo por 48% da produção agrícola e pecuária. Uma base produtiva e social dessa magnitude representa um forte potencial para a produção de lavouras intensivas em tratamentos culturais e sistemas de produção baseados em rede de pequenos produtores.

Enfim, estamos diante de um quadro altamente promissor para a agricultura familiar, que deixa de ser de subsistência, tem mercado, produtores treinados, motivados e integrados aos demais elos da cadeia econômica do estado do Paraná.

5. Considerações finais

Quando retomamos a leitura e análise da Lei de terras 601 de 18 de setembro de 1850, vemos o quanto ela nos ajuda a entender por que o Brasil possui uma extrema concentração de terra, formando imensos latifúndios improdutivos.

No período Imperial se reproduzia uma política nacional. Nessa época o Paraná sofre com a crise substancial agravada pelo fato que não era preocupação do Governo promover produção de alimentos para atender a população local que já chegava a 80.000 habitantes.

A grave crise que envolveu a Província do Paraná e grande parte do território brasileiro levou os presidentes das Províncias ao planejamento da formação de uma estrutura agroalimentar, que permitisse maior produção de alimentos.

Na sequência dos fatos, a intervenção do Estado, tanto no âmbito nacional como regional, aponta o apoio tido como indispensável a agricultura para a desenvolvimento sustentável.

No Estado do Paraná, desde o período Imperial, a história tem demonstrado que o Governo deve criar meios para gerar políticas públicas que atendam às necessidades da população e seu desenvolvimento territorial.

O produtor rural em razão da atividade que exerce deve ser estimado e como tal defendido pelo Estado como um agente da paz social e um promotor do bem-comum, posto que quando empreende não o faz somente o seu próprio bem estar para também para o bem estar da coletividade,

É oportuno lembrar, como reflexão final deste nosso estudo, lembrar que a nossa Carta Magna em seu art. 5º, enuncia:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito a vida, a liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

A função social da propriedade rural sobrepõe como bem maior e muito acima do interesse privado, deve ser a bandeira erguida para direcionar todas as questões do agronegócio

Referências

- AMARAL, Luís. Historia Geral da Agricultura Brasileira: Companhia Editora Nacional, 1958.
- CARNEIRO, David. Historia do Período Provincial do Paraná. Curitiba: Ed. Banestado, 1994.
- CARNEIRO, David e VARGAS, Túlio. História do Paraná: São Paulo: Ed. FTD, 1969.
- COLLIS, J. & HUSSEY, R. 2005. Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. – 2.ed.- Porto Alegre: Bookman,
- LAKATOS, E.M. & MARCONI, M.A. 2003. Fundamentos de metodologia científica. – 5.ed.-São Paulo, Atlas.
- PÁDUA, Fabio Pimenta. A Dança dos Tangarás. Curitiba 2001
- Artigo publicado na Revista Panorama Rural do mês de julho/2005
- Nicolas, Maria. 130 Anos de Vida Parlamentar: 1984
- Coletânea de Legislação e Estudos, Instituto de Terras, Cartografia e Geociências Terra e cidadania, Curitiba:ITCG, 2008.
- Santos, Carlos Roberto Antunes, Historia da Alimentação do Paraná: 1945
- Fundação Cultural; 1995
- Sebastiani, Enéas Faria Sylvio. Governadores do Paraná